

AÇÕES DE FORTALECIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS DO RECÔNCAVO DA BAHIA, DO VALE DO JIQUIRIÇÁ E DO PORTAL DO SERTÃO: A EXPERIÊNCIA DO NEDET/UFRB

Tatiana RibeiroVelloso; Philippe Jean Louis Sablayrolles;
Raul Lomanto Neto; e Daciane de Oliveira Silva¹

RESUMO: O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET faz parte de um Edital Público do CNPq/MDA – 2014, em que a UFRB apresentou uma proposta que foi aprovada para os Territórios Rurais do Recôncavo da Bahia, do Portal do Sertão e do Vale do Jiquiriçá - Bahia. Este Núcleo integra-se aos trabalhos desenvolvidos pela Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBA/UFRB. O presente Núcleo tem como finalidade fortalecer o protagonismo dos sujeitos territoriais por meio de ações institucionais de política pública direcionadas para estes Territórios Rurais, mediante ações de extensão universitária que possam contribuir para a construção de conhecimentos voltados para o desenvolvimento de capacidades humanas e organizacionais no processo de gestão social. Para tanto, utiliza-se da Educação Popular, em que a metodologia baseia-se na integração de saberes e de conhecimentos do ambiente acadêmico e territorial, a partir de uma rede de intercooperação, em que as atividades serão articuladas entre a equipe técnica e os colegiados territoriais e com os programas governamentais e as políticas públicas. As estratégias adotadas demonstram, até o momento, o incentivo à participação dos sujeitos sociais na tomada de decisão coletiva acerca da política territorial, voltadas para o empoderamento destes sujeitos para o planejamento e a execução de políticas públicas de desenvolvimento solidário e sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Educação Popular. Sujeitos territoriais. NEDET.

1. INTRODUÇÃO

As políticas de desenvolvimento rural no Brasil historicamente tiveram o planejamento e a execução da ação governamental instituídas de maneira hierárquica, setorial e centralizada, além de distribuir desigualmente as riquezas geradas, de características exógenas. Essa forma histórica remete a necessidade de construção de políticas de promoção do desenvolvimento territorial, voltada para uma profunda reestruturação das intervenções governamentais.

No momento de redemocratização da política brasileira, a partir de 1985, foram formuladas outras premissas para a promoção do desenvolvimento, que propiciou o surgimento de ideias *endogenistas*. Especificamente na Constituição de 1988, foram institucionalizados os conselhos com descentralização de recursos no âmbito municipal e com a prerrogativa da participação social no planejamento e na execução de ações nas distintas áreas. Esse Pacto Federativo, entretanto, possui problemas complexos e estruturais na sua execução, principalmente nas estratégias de constituição das relações

¹ Professores da Universidade Federal do Recôncavo – UFRB, Bahia.

centro-periferia a partir de novos arranjos espaciais, com ampliação de poder para as esferas municipais e locais.

Na década de 1990, um importante contexto de luta e de conquista foi a evidencia e a necessidade de intervenção para os setores empobrecidos do campo brasileiro, com sua caracterização para a construção e execução de políticas públicas direcionadas para a representação da maioria da população rural que contribui, significativamente, para a geração de trabalho, emprego e renda, além da produção de alimentos para o consumo interno – a *agricultura familiar*. Em 1995, foi conquistado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em 1999. Abramovay (2004) aborda que o Estado buscou a promoção da participação social e da descentralização do planejamento rural, ao condicionar o repasse de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Em 2003, com a mudança do Governo Federal, a política do MDA foi reformulada com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT que assumiu a gestão do PRONAF nas áreas de infraestrutura e de serviços, que deu origem ao PRONAT – Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e posteriormente ao PROINF - Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais. Esta secretaria teve como finalidade executar ações de promoção do desenvolvimento rural, a partir da constituição de uma nova regionalização com a constituição de *territórios rurais*. Essas estratégias de desenvolvimento territorial buscaram a compreensão e a articulação dos sujeitos sociais para que possam construir políticas que promovam o aumento da riqueza produzida, a distribuição mais equitativa dos benefícios gerados desta riqueza e sua sustentabilidade ao longo do tempo.

Especificamente, segundo o PNAD (1997), o estado da Bahia tem aproximadamente 44% da população ocupada na zona rural, o que significa o maior número de pessoas ocupadas no meio rural do Brasil. Entretanto, observa-se a partir dos processos históricos e estruturais, a distinção de dois mundos rurais representados pelo *empobrecimento* da categoria de agricultores do modo de vida familiar; e pelo *moderno* que se assemelham as áreas rurais dinâmicas do país, como foram incentivados com a política de polo de crescimento. Portanto, sabe-se que neste estado, os contratos de promoção de desenvolvimento buscam a *ruptura* de *velhas* práticas centralizadas, hierarquizadas e setorializadas nos processos de planejamento e de execução de programas governamentais e de políticas públicas.

O Núcleo tem o objetivo de contribuir para o fortalecimento das ações institucionais da política dos Territórios Rurais do Portal do Sertão, do Vale do Jiquiriçá e

do Recôncavo da Bahia, através de ações de extensão universitária na relação com o ensino e a pesquisa, na construção de conhecimentos e de tecnologias sociais na relação com o ambiente territorial, capazes de proporcionar melhoria da qualidade de vida e de superação das desigualdades de renda, gênero e geração. A ação deste Núcleo tem como base a trajetória da INCUBA/UFRB, que funciona desde de 2007, com processos de fortalecimento da autonomia e do empoderamento de sujeitos territoriais na geração de trabalho e renda, através de empreendimentos solidários e comunitários.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS E A EXPERIÊNCIA EM CURSO

O NEDET foi construído com os sujeitos sociais que representam os Núcleos Diretivos dos Colegiados Territoriais do Portal do Sertão, do Vale do Jiquiriçá e do Recôncavo da Bahia e com a equipe acadêmica formada por docentes da UFRB e do IF Baiano, em reuniões e plenárias territoriais. Os princípios metodológicos seguiram a participação social na construção do projeto, a partir da participação como elemento fundante na autonomia e no empoderamento para a gestão social: a) construção dos conhecimentos com a valorização e o resgate da experiência de vida e de trabalho, através do respeito e reconhecimento da cultura, do saber e dos anseios dos sujeitos institucionais e sociais; b) exercícios práticos cotidianos e de linguagem acessível para compreensão e participação nas atividades formativas, em especial para a inclusão das mulheres rurais nas instâncias territoriais; e c) processo contínuo de educação e trabalho, voltado para as práticas agroecológicas, segurança alimentar e nutricional, enquanto modelo de geração e de distribuição de riquezas.

No desenvolvimento das ações, cada território tem o seu núcleo com estrutura própria e coordenação vinculada a um grupo de docentes, na relação com o Núcleo Diretivo respectivamente dos Colegiados Territoriais. A universidade a partir da coordenação do projeto executa as ações planejadas no ambiente territorial integrado com o acadêmico, e que, portanto, tem sua dinâmica própria a partir do estágio organizacional de cada núcleo territorial. Existem encontros mensais de planejamento entre o núcleo diretivo dos Colegiados Territoriais e o núcleo de extensão da universidade. O Núcleo tem o comprometimento de promover assessoria no intuito de contribuir com a organização dos contatos dos integrantes dos Colegiados Territoriais, no sentido de verificar as demandas institucionais e de comprometimento com a política territorial.

Foram realizadas atividades formativas em formato de oficinas, cursos e acompanhamentos que foram adaptados aos diferentes estágios de cada Colegiado Territorial, seu nível de organização e motivação, com a integração da comunidade acadêmica. Além dos acompanhamentos, foram realizadas visitas e sistematização de

informações, a partir das políticas públicas, como o PROINF, o PNAE, o PAA, o Plano Safra, a Habitação Rural, entre outros. Estas atividades são estratégias de construção de conhecimentos a partir dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – PTDS. O PTDS é entendido como um conjunto de diretrizes, estratégias e compromissos resultantes da integração e da construção entre os sujeitos sociais e as esferas governamentais municipais, estaduais e federal.

3. CONCLUSÕES

É importante contextualizar que as atividades do NEDET estão em execução nos Territórios Rurais do Portal do Sertão, do Recôncavo da Bahia e do Vale do Jiquiriçá. Os Campus Universitários da UFRB estão situados nestes territórios e este Núcleo tem propiciado uma aproximação mais efetiva da universidade com o ambiente territorial, com uma base instalada através das ações desenvolvidas pela INCUBA/UFRB desde 2007. Nesta dinâmica compreende-se que a universidade pode contribuir, mas ter contribuições na construção de conhecimentos a partir da extensão universitária na sua relação indissociável entre o ensino e a pesquisa, a partir da economia solidária e do desenvolvimento territorial.

Outro aspecto a destacar são os princípios de participação, transparência, democracia e descentralização desde o planejamento das ações, até a gestão do próprio projeto na relação entre as equipes da universidade e dos colegiados territoriais, e na relação das orientações metodológicas propostas pela SDT/MDA. Sabe-se que a conquista da qualidade de vida para uma sociedade como um todo é uma construção de rupturas, considerando o contexto histórico das desigualdades sociais e da concentração de renda. Portanto, para se alcançar justiça e as rupturas de um modelo concentrador e desigual, há necessidade de interdependência dos papéis das instituições e dos padrões de comportamento (SEN, 2010).

Portanto, este Núcleo assume como uma tentativa de promover *rupturas* de velhas práticas de planejamento e gestão das ações, como também um esforço de construção de aprendizados com novos padrões de comportamento e de valores.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Representatividade e inovação. In: **Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília – DF: CNPq, 2004.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- VELLOSO, T. R. **Uma nova institucionalidade do desenvolvimento rural: a trajetória dos territórios rurais no estado da Bahia**. São Cristóvão – SE: UFS, 2013. (Tese de Doutorado em Geografia). 295p.